

# Sociologia Política e ideologia autoritária <sup>1</sup>

*Ricardo Silva (UFSC)*

## Sociologia Política: problemas de definição

**D**esnecessário ressaltar a importância dos momentos de introspecção nos quais os praticantes de determinada disciplina científica suspendem transitoriamente a construção de conhecimento substantivo de seus objetos para dedicarem-se ao exame dos problemas envolvendo a própria identidade das disciplinas às quais submetem sua prática de pesquisa. Isto é ainda mais importante no campo das ciências sociais, cujas disciplinas têm-se revelado particularmente sensíveis às mutações dos sistemas de valores prevalentes em diferentes épocas históricas e em diversos tipos de sociedade. Cada nova geração de cientistas sociais depara-se com o inevitável e sempre renovado desafio de interpretar os acontecimentos históricos e sociais segundo seu particular ponto de vista. A razão disso, nas palavras expressivas de Weber, é que o "fluxo do devir incomensurável flui incessantemente ao encontro da eternidade. Os problemas culturais que fazem mover a humanidade renascem a cada instante, sob um aspecto diferente e permanecem variáveis" (Weber, 1992, vol. 1, p. 133).

Desse modo, nossas indagações em torno da identidade da Sociologia Política devem ter como ponto de partida o reconhecimento do caráter mutante e variado da autocompreensão dos "sociólogos da política" em torno das potencialidades e limites

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Workshop "Sociologia Política - Trajetórias e Perspectivas" organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, em 5 de abril de 2002.

de sua disciplina, pois não há como ignorar que, assim como os problemas culturais, os próprios procedimentos científicos mobilizados para a formulação e resolução de tais problemas “renascem a cada instante e permanecem variáveis”. Se mudam os problemas, “mudam também as relações intelectuais, sob as quais são estudados e cientificamente compreendidos. Por conseguinte, os pontos de partida das ciências da cultura continuarão a ser variáveis no imenso futuro” (Weber, 1992, vol. 1, p. 133).

Partindo de tal reconhecimento, buscaremos evitar a tentação formalista de elaborar “uma” definição “precisa” do conceito de Sociologia Política, que muitas vezes só é possível ao custo da recusa de boa parte da tradição desta disciplina e de uma considerável restrição de seus domínios atuais. Ademais, é bem provável que, ao cedermos a tal tentação, nossos esforços acabem resultando em aporias insuperáveis que, sub-repticiamente, baldam os objetivos declarados de fornecer uma definição sem ambigüidades e universalmente válida dos “princípios”, “elementos” e “leis” constitutivos da disciplina.

Um exemplo de tais aporias pode ser observado numa definição aparentemente trivial da Sociologia Política: uma disciplina científica que estuda os fenômenos políticos com os recursos dos métodos sociológicos. Assim definida, a Sociologia Política apresenta-se como um ramo ou especialização da Sociologia, surgida como resultado da complexificação e diversificação desta última. Pois bem, ainda que houvesse relativo grau de acordo sobre a natureza das teorias e dos métodos adequados às pretensões científicas da Sociologia (e sabemos que a história da Sociologia é uma história de ferrenhas disputas teóricas e metodológicas, de constantes “reinvenções” de sua tradição etc.)<sup>2</sup>, que

<sup>2</sup> Os desenvolvimentos das ciências sociais no século XX, especialmente em sua segunda metade, quando se observou o fenômeno da ruptura do “consenso positivista” – para usar uma expressão do sociólogo Boaventura de S. Santos (1985 e 1989) – tornaram ainda mais intensos os conflitos em torno da identidade e da tradição da Sociologia. Conforme notou Tom Bottomore, ao final do capítulo introdutório de sua obra destinada a servir como uma “introdução à Sociologia Política”, “La molteplicità di paradigmi che caratterizza oggi le scienze sociali non permette di stabilire in modo diretto e indiscutibile gli ‘elementi’ o ‘principi’ della Sociologia politica” (Bottomore, 1980, p. 20).

dizer da natureza e da extensão do “objeto” sobre o qual o sociólogo da política deveria aplicar seus métodos de compreensão, análise e crítica? Afinal, o que é a *política*? A ação realizada em público num processo de comunicação livre entre iguais, como sugere Arendt, atualizando a concepção aristotélica do homem como um animal político, ou a mobilização estratégica de meios para a consecução de fins preestabelecidos, embora nem sempre confessáveis, como querem os herdeiros da visão moderna de política, partindo de uma certa interpretação do pensamento de Maquiavel? Quem são os atores do teatro político? Todos os seres humanos ou somente os profissionais e os líderes de organizações? Qual o cenário do drama (ora trágico, ora cômico) da política? Todos os domínios da sociedade, desde a família ao Estado, ou apenas o espaço das instituições e organizações políticas dirigidas pelos políticos profissionais?

Não creio que possamos dar uma resposta definitiva para qualquer uma dessas questões. Logo, a definição aparentemente mais trivial de Sociologia Política mantém-se plena de indeterminações. As fronteiras da disciplina permanecem fluidas e cambiantes, em perfeita coerência com a natureza fugidia de seu “objeto”. Assim, devemos estar preparados para conviver com uma pluralidade de concepções sobre os fundamentos e a prática desta disciplina.

Além da polissemia inerente aos termos constitutivos da expressão “Sociologia Política”, outra questão nos chama a atenção para os riscos de uma definição com pretensões hegemônicas. Ela pode ser formulada nos seguintes termos: nesta época de emergência do apelo a uma maior abertura das fronteiras das ciências sociais, apelo que ressoa na expansão de práticas multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares de pesquisa, não seria autodebilitante uma atitude orientada para a interdição das fronteiras da Sociologia Política ao influxo de problemas e procedimentos provenientes de inúmeras outras disciplinas?

Uma resposta afirmativa a essa questão é a que se depreende das considerações de uma comissão de eminentes cientistas sociais, reunidos em meados da década passada para a realização de um balanço da construção histórica e do estado atual das

ciências sociais<sup>3</sup>. No relatório-síntese dos debates da comissão questiona-se “se a superação da estrutura disciplinar existente não deve ser considerada um dilema central das ciências sociais no atual estado de sua evolução” (Wallerstein et al., 1995, p. 10).

As propostas formuladas pela comissão para a reestruturação das ciências sociais apontam para a necessidade de se reorganizar a atual divisão do trabalho neste campo de conhecimento, passando ao largo das estruturas organizativas atuais, as quais são entendidas como o resultado de uma especialização disciplinar que foi funcional ao processo de institucionalização das ciências sociais num passado recente, mas que já se mostra anacrônica nos dias atuais.

O fato é que, como o demonstra o referido documento, “a classificação das ciências sociais foi erigida em redor de duas antinomias que deixaram de concitar o vasto apoio de que já desfrutaram: a antinomia entre passado e presente, e a antinomia entre disciplinas ideográficas e nomotéticas” (idem, p. 134). A gradativa perda de sentido de tais antinomias (e não somente para os cientistas sociais) está na raiz da situação atual, em que “não há clareza nas classificações das ciências sociais” (idem, p.134).

Em tais circunstâncias, parece-nos impróprio, porque inócuo, concentrar esforços em busca de uma demarcação rígida das fronteiras da Sociologia Política. Seria como construir muralhas sobre um solo em terremoto. Tudo o que se pode fazer sem despertar as justificadas objeções de tal ou qual corrente de praticantes desta disciplina é formular noções bastante gerais – e por isso consideravelmente flexíveis – sobre a intenção básica que tem, tradicionalmente, orientado a Sociologia Política. Nesse sentido, é útil considerar que “a Sociologia Política se ocupa do poder em seu contexto

---

<sup>3</sup> O grupo reuniu-se entre 1993 e 1995 sob os auspícios da Fundação Calouste Gulbenkian. Eram dez seus integrantes, representando inúmeros campos das ciências humanas e naturais, com predominância dos primeiros. Havia um sociólogo, um antropólogo, um cientista político, um filósofo, um historiador, um geógrafo, um linguísta, um economista, além de uma física e de um químico. A presidência dos trabalhos coube ao sociólogo Immanuel Wallerstein, à época presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA). O grupo ficou conhecido como a “Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais”.

social” (Bottomore, 1980, p. 7); ou, ainda, que a Sociologia Política consiste no “esforço de relacionar política e sociedade, instituições políticas e instituições sociais, comportamento político por um lado e valores, interesses e condições sociais por outro” (Reis, 1999, p. 65). Recorrendo às palavras do sociólogo alemão Claus Offe, é possível afirmar que, “em termos simples e genéricos, a Sociologia Política ocupa-se das relações empíricas entre dois tipos de fenômenos: poder social e autoridade política. As interações dinâmicas entre esses fenômenos ficam evidentes quando se buscam respostas para a seguinte questão: como as relações de poder social se transformam em autoridade política e, inversamente, como em uma sociedade civil a autoridade política manipula e transforma essas relações de poder?” (Offe, 1994, p. 7).

Tendo em mente esta noção mais abrangente e flexível, é possível seguirmos adiante, desviando o foco analítico para a contemplação de momentos paradigmáticos da tradição constitutiva da Sociologia Política.

## Uma tradição em litígio

Não há dúvida de que mais seguro do que se aventurar em definições que acabam naufragando no excesso de zelo classificatório é recorrer à história da disciplina, partindo da “identificação de seus clássicos e de sua tradição de pesquisa”, pois “a agenda de pesquisa revela a que desafios uma área responde” (Reis, 1999, p. 59). Todavia, é importante que não se perca de vista o fato de que o estabelecimento de uma tradição disciplinar qualquer é sempre objeto de intensas disputas intelectuais, animadas pela pluralidade de paradigmas disponíveis. Um pequeno exemplo pode ser ilustrativo.

Se questionarmos em que momento, ou em que autor ou obra é possível situar o marco inaugural da Sociologia Política, não haverá uma resposta unívoca entre os praticantes desta disciplina. Teria a Sociologia Política se antecipado à constituição da ciência moderna e aparecido, primeiramente, na obra de Aristóteles, no contexto da Antiguidade Clássica, para em seguida res-

surgir no Renascimento com Maquiavel (Schwartzberg, 1979, p. 12)<sup>4</sup>? Ou precisou esperar por Tocqueville para ser inaugurada em meados do século XIX (Reis, 1999, p. 65)? E o que dizer dos que consideram Montesquieu, escrevendo um século antes de Tocqueville, ter sido o autor do “primeiro tratado de Sociologia Política” (Duverger, 1972, p. 13)?

Certamente há boas razões para considerarmos qualquer um desses grandes pensadores como autores de obras que focalizam as relações entre política e sociedade. Mas isso seria o mesmo que afirmar que praticavam uma espécie de Sociologia Política *avant la lettre*? Pois, como se vê, em qualquer dos casos mencionados acima, a Sociologia Política teria surgido antes mesmo da inauguração do projeto da “Sociologia”, tal como esboçado explicitamente no *Curso de Filosofia Positiva* de Comte, de 1839. Considerando a Sociologia Política como especialização disciplinar, espécie de ramificação da Sociologia, não soa um tanto paradoxal a sugestão de sua precedência histórica em relação a esta última, da qual, por definição, deveria ter derivado?

Em função desse aparente paradoxo, torna-se mais cômodo e menos sujeito a controvérsias o estabelecimento de uma completa identidade entre os clássicos da Sociologia Política e os clássicos da Sociologia *tout court*. Assim, não há muita margem para desavenças quando se atribui à tríade Marx, Durkheim e Weber o *status* de pais fundadores da Sociologia Política, pois não há dúvida de que o interesse explícito pelas questões políticas esteve no centro das preocupações desses pensadores, especialmente em Marx e Weber<sup>5</sup>. E não poderia ser diferente, pois “a verdade é que a

<sup>4</sup> Na introdução de seu influente livro sobre os fundadores do pensamento sociológico, Raymond Aron afirma que “*A Política* de Aristóteles nos parece um tratado de Sociologia Política ou uma análise comparativa dos regimes políticos. Embora comporte também uma análise das instituições familiares e econômicas, seu centro é o regime político, a organização do poder em todos os níveis da vida coletiva e, em particular, no nível em que se realiza, por excelência, a sociabilidade do homem, a cidade” (Aron, 1993, p. 10).

<sup>5</sup> A inclusão de Durkheim nesta sucinta lista de clássicos da Sociologia Política é mais recente. Segundo Giddens, a relativa negligência da teoria de Durkheim sobre a política e o Estado deveu-se a basicamente dois fatores. O primeiro deles decorre do fato de que a publicação dos estudos em que Durkheim enfrentou

dimensão política tinha uma centralidade indiscutível nas grandes mudanças históricas que marcaram as origens da Sociologia e nessa mesma medida ela [a Sociologia] era sensível a questões que classificariamos hoje como de Sociologia Política” (Reis, 1999, p. 60). Aqui é o caso de mencionarmos a análise das complexas interações entre a dinâmica das lutas de classes e o Estado, desenvolvida nas chamadas “obras históricas” de Marx, das quais poderíamos destacar o *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* e *Lutas de Classes na França*, bem como a paradigmática Sociologia da dominação de Weber, especialmente sua Sociologia da burocracia e do Estado moderno, ou ainda as *Lições de Sociologia* de Durkheim, a propósito da Moral, do Direito e do Estado.

Não é o caso aqui de nos estendermos sobre a relevância, já bastante conhecida, dos estudos desses e de outros pensadores sociais clássicos para a constituição da Sociologia Política. As considerações gerais feitas até aqui já nos permitem voltar o foco da discussão para o tema de nosso interesse prioritário neste artigo: a tradição da Sociologia Política no Brasil, com ênfase na contribuição de Oliveira Vianna.

---

mais diretamente as questões políticas ocorreu depois da exposição-padrão de seu pensamento por sociólogos influentes do século XX, a exemplo do que fez Parsons em seu *The Structure of Social Action*. O segundo fator, em parte decorrente do primeiro, relaciona-se a uma determinada interpretação das fases pelas quais teria passado a obra de Durkheim. Segundo tal interpretação, haveria uma profunda discrepância entre os primeiros e os últimos trabalhos de Durkheim. Ou seja, a distinção entre os tipos de solidariedade “mecânica e “orgânica”, presentes sobretudo em *A Divisão do Trabalho Social*, teria perdido toda importância nos estudos subsequentes do autor. Assim, dá-se a entender que sua teoria política, fruto temporário de sua lavra, não guarda qualquer relação com as questões nucleares de sua teoria social. Giddens, contrariando tais interpretações, dentre as quais destaca as de Parsons e Nisbet, argumenta que “a continuidade entre as obras iniciais e finais de Durkheim só se torna inteiramente aparente caso se preste atenção considerável à sua teoria política. Longe de ser de importância secundária para sua Sociologia, o pensamento político de Durkheim tem um importante papel em suas idéias” (Giddens, 1998, p. 103 – 104).

## A Sociologia Política no Brasil: breve nota alusiva aos precursores

Analogamente ao que se deu na Europa, o surgimento da Sociologia no Brasil esteve intimamente associado ao estudo de problemas pertencentes à esfera da Sociologia Política. É certo que o contexto era bem outro e que os problemas traziam a marca de nossa formação social. No entanto, isso não anula o fato de que a preocupação quanto ao estudo das interações entre Estado e sociedade civil esteve presente de forma central em muitos dos autores clássicos do pensamento social brasileiro. Seria preciso retornar às últimas décadas do Império para localizarmos os primeiros momentos da Sociologia Política no Brasil.

Sem ignorar o fato de que o estabelecimento da tradição sociológica no Brasil é também objeto de disputas, não nos parece extravagante acomodar obras como *Ensaio sobre o Direito Administrativo* (1862) de Paulino José de Souza e *A Província* (1870) de Tavares Bastos no rol de precursoras de uma preocupação intelectual típica da Sociologia Política. Embora muito distantes do perfil que passou a caracterizar o sociólogo profissional no século XX, estes pensadores já manifestavam uma tendência em compreender a consolidação e organização da autoridade política como um problema que só pode ser enfrentado (prática e teoricamente) considerando-se as características mais gerais da sociedade brasileira, como sua diversidade regional e social e a formação cultural do povo. Neste aspecto, o conservador Paulino J. de Souza e o liberal Tavares Bastos, embora chegando a conclusões conflitantes, partiam ambos do reconhecimento de que a natureza, a forma e as funções do Estado não podem ser devidamente compreendidas e analisadas fazendo-se abstração do tipo específico de sociedade que o próprio Estado expressa e dirige<sup>6</sup>.

Em 1883, poucos anos antes da derrocada final da escravidão e do Império, Joaquim Nabuco publicou *O Abolicionismo*, obra

---

<sup>6</sup> O debate entre Paulino José de Souza e Tavares Bastos em torno da questão da centralização ou descentralização do aparato estatal no Império foi estudado recentemente por Ferreira (1999).



que Evaldo Cabral de Melo considera “um dos textos fundadores da Sociologia brasileira”. E da Sociologia Política brasileira, poderíamos acrescentar. Nabuco desenvolveu uma análise abrangente e compreensiva do papel da escravidão como instituição nuclear da sociedade brasileira. “Segundo Nabuco, foi a escravidão que formou o Brasil como nação, ela é a instituição que ilumina nosso passado mais do que qualquer outra. A partir dela, é que se definiram entre nós a economia, a organização social e a estrutura de classes, o Estado e o poder político, a própria cultura” (Melo apud Nabuco, 2000, p. XIII).

Avançando nas primeiras décadas do século XX, podemos encontrar uma preocupação sociológica mais definida, no que se refere à análise do Estado e das instituições políticas. Alberto Torres, com seus livros *A Organização Nacional* e *O Problema Nacional Brasileiro*, ambos de 1914, é uma referência obrigatória neste período. Torres foi o precursor de uma tradição sociológica que se prolonga por muitas décadas depois de sua morte em 1917. Foi uma presença central nos efervescentes anos trinta e continuou influente nos anos cinquenta, inspirando uma Sociologia de cunho nacionalista, desposada, por exemplo, por sociólogos do porte de Oliveira Vianna e Alberto Guerreiro Ramos.

No curso dos anos trinta a Sociologia brasileira iria encontrar seu definitivo elenco de autores clássicos. Foi uma época de ouro para a Sociologia no Brasil. Para além de ter contado com a fortuna de sua consagração intelectual em obras como *Casa-Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* ou *Formação do Brasil Contemporâneo*<sup>7</sup>, avançou rapidamente no processo de institucionalização

<sup>7</sup> Não é demais lembrar que Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior têm sido considerados a tríade fundamental do pensamento social brasileiro. Esta compreensão foi de certo modo estabelecida em um famoso estudo de Antônio Cândido sobre o significado de *Raízes do Brasil*, que serviu como introdução à edição de 1967 deste estudo clássico de Sérgio Buarque de Holanda. Conforme Cândido, “os homens que estão hoje um pouco para cá e um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado em função de três livros: *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publica

de suas atividades, por meio da criação de instituições como a Universidade de São Paulo e a Escola de Sociologia e Política. Além disso, passou à condição de saber instrumental indispensável aos jovens que almejavam reconhecimento e afirmação. Conforme observou Antônio Cândido, em relação à geração de 1930, “na geração anterior os jovens procuravam se afirmar através de um livro inaugural de versos, os de então tendiam a fazê-lo por meio do ensaio de cunho sociológico” (Cândido, 1984, p. 33).

Em sintonia com esse intenso desenvolvimento da Sociologia na década de trinta, desenvolveu-se também a sua preocupação com o Estado e a política. A época era propícia, e praticamente exigia a radicalização de tal preocupação. As turbulências do processo político pós-30, associadas ao imperativo de reforma do Estado e das instituições políticas, provocou a imaginação da intelectualidade brasileira na direção de uma Sociologia Política sintonizada com os desafios da época. Conforme observou Wanderley Guilherme dos Santos: “Entre 1930 e 1939 produzem-se no Brasil as mais argutas análises sobre o processo político nacional, elaboraram-se as principais hipóteses sobre a formação e funcionamento do sistema social, e articula-se o conjunto de questões que, em verdade, permanecerão até hoje como o núcleo fundamental embora não exaustivo de problemas a serem resolvidos teórica e praticamente” (Santos, 1978, p. 38). Nomes como os de Azevedo Amaral, Virgínio Santa Rosa, Martins de Almeida, Alcindo Sodré, Nestor Duarte e Oliveira Vianna, dentre tantos outros, exemplificam bem o grau em que o ensaísmo sociológico foi posto a serviço da resolução dos problemas políticos e sociais da época.

Aos nomes de autores e obras acima mencionados poder-se-ia acrescentar inúmeros outros para a exemplificar o percurso da tradição da Sociologia Política no Brasil. À medida que avançaram as décadas, a tradição ganhou novos e inovadores adeptos. Surgiram outras obras clássicas como *Coronelismo, Enxada e Voto*,

---

do quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo” (Cândido apud Holanda, 1995, p. 9). Opinião idêntica é desenvolvida em Cardoso (1993).

que Vítor Nunes Leal publicou no final dos anos quarenta; *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, cuja primeira edição é de 1959; e *Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, editado em 1974, mas cuja redação iniciara-se em 1966 como “reposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em 31 de março de 1964”, segundo informa o autor na nota explicativa que abre o livro.

## **Sociologia Política e Ideologia Autoritária: o momento Oliveira Vianna**

Para que possamos ir além da abordagem meramente alusiva que até aqui tem nos guiado, convém fixarmo-nos mais detidamente em um *momento específico* da trajetória da Sociologia Política no Brasil, partindo da suposição de que uma análise de caso de uma obra exemplar em Sociologia Política é capaz de nos permitir uma maior aproximação da problemática da história desta tradição disciplinar no Brasil. Desnecessário ressaltar os limites de tal procedimento como caminho para a recomposição de algo como a “totalidade” do processo histórico de afirmação da Sociologia Política brasileira, processo de múltiplas facetas e de diversos momentos constitutivos.

Num certo sentido, é possível até mesmo concordar com a afirmação de que a Sociologia de Oliveira Vianna encontra-se há muito superada na prática desta disciplina no Brasil. Em sua apresentação da edição de 1967 de *Raízes do Brasil*, Antônio Cândido escreveu que, em comparação com as obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Jr., “a obra por tantos aspectos penetrante e antecipadora de Oliveira Viana já parecia superada, cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais” (Cândido apud Holanda, 1995, p. 9).

Não há dúvida que a obra de Oliveira Vianna é resultado de uma época, e que é somente nesta época que ela adquire todo seu sentido. O que aqui nos interessa é precisamente o exame de um momento da trajetória da Sociologia Política brasileira, que como qualquer outro momento esgota-se em sua individualidade histórica.

Todavia, em outro sentido, a obra de Oliveira Vianna continua a nos desafiar, a reaparecer com suas conclusões de forma um tanto espectral, nos lembrando de suas advertências sombrias sobre a viabilidade da democracia no Brasil. Se sua Sociologia Política está superada, o mesmo não se pode dizer do conjunto de seu pensamento político.

Não é por acaso que Oliveira Vianna é um dos pensadores sociais brasileiros mais estudados no país, na atualidade, não obstante sua obra ter ficado durante muito tempo relegada a um relativo abandono. Tal abandono poderia ser explicado pela inevitável associação de suas idéias com o regime político que sucumbiu em 1945. Após o colapso da ditadura Vargas, a influência intelectual daqueles pensadores políticos cujas idéias estiveram em sintonia com a Constituição de 1937 declinou sensivelmente. Oliveira Vianna, que desfrutava de grande prestígio intelectual desde os anos 20 e que atingiu seu apogeu na década de 30, experimentou também essa condição. Contribuiu para isso o fato de que o autor jamais procurou criticar ou mesmo somente distanciar-se da política estatal sob a ditadura Vargas. Pelo contrário, devotou ao Estado Novo grande simpatia, seja como intelectual, seja como homem de Estado, assumindo o exercício de funções como as de membro da Comissão Revisora das Leis da União (1939) e Ministro do Tribunal de Contas da União (1942), isso para não mencionar sua intensa atividade na Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho, função que lhe possibilitou o desenho de parte considerável da legislação social e trabalhista brasileira. No período entre 1945 e 1964, as poucas análises que se realizaram sobre sua obra debruçaram-se sobre os aspectos mais polêmicos e também mais frágeis de suas concepções, a exemplo da denúncia da orientação racista de seu pensamento social.

Contudo, as transformações do Estado que se seguiram ao golpe de 1964 provavam que a herança das idéias de Oliveira Vianna não ficou definitivamente soterrada sob as ruínas do Estado Novo. Os “teóricos” da Escola Superior de Guerra (ESG) louvavam as contribuições do “grande mestre Oliveira Vianna” (Couto e Silva, 1967) e as reformas institucionais impostas guar-

davam muitas afinidades com suas idéias políticas. A evidência de tais afinidades, associada ao imperativo de análise e crítica do autoritarismo, provocou a retomada do interesse acadêmico pela obra de Oliveira Vianna, que passou então a ser estudada como o mais bem-sucedido exemplo de sistematização do “pensamento autoritário brasileiro”. A ênfase das análises críticas deslocou-se da dimensão sociobiológica para a dimensão sócio-política de suas idéias. As questões envolvendo conceitos como os de Estado, nação, corporativismo, tecnocracia e autoritarismo passaram a ter maior destaque.<sup>8</sup>

A década de noventa iniciou com um interesse consolidado, por parte das Ciências Sociais no Brasil, em torno da obra do pensador fluminense. Um crescente número de estudiosos vem se dedicando à abordagem de diferentes aspectos de suas idéias, ao mesmo tempo em que textos inéditos de sua lavra continuam a ser editados.<sup>9</sup>

Este crescente interesse na obra de Oliveira Vianna deve-se, em grande medida, às próprias qualidades intrínsecas desta obra. O rigor intelectual do sociólogo, associado à retórica persuasiva do ensaísta, resulta num discurso com elevado nível de sistematização e intenso poder de difusão, e num estilo de pensamento que surpreendia o próprio autor, em razão de sua coerência e unidade. É o que se lê num texto de 1945, escrito um quarto de século após a publicação de seu primeiro livro sobre os problemas brasileiros: “Uma das coisas que mais me surpreende a mim mesmo é justamente esta coerência e unidade de pensamento e de doutrina que venho mantendo desde que tomei da pena para o estudo e o debate dos problemas brasileiros, especialmente os da estruturação política e social do país” (1974 a, p. 19).

<sup>8</sup> Conforme, por exemplo: Diniz e Lima (1971), Medeiros (1978), Vieira (1981) e Bresciani (1973), Santos (1978), Lamounier (1985), dentre vários outros.

<sup>9</sup> Um seminário sobre o pensamento de Oliveira Vianna, realizado em abril de 1991, nos dá uma noção da variedade de focos de abordagem e de temas em torno dos quais se pode analisar sua vasta obra. As comunicações apresentadas neste seminário foram reunidas em: Bastos e Moraes (1993). Também em 1991, a editora da UNICAMP promoveu a publicação de um conjunto de ensaios inéditos do autor, nos quais são abordados os mais diversos temas, desde as relações entre “raça” e cultura até a concepção de cidadania sob o Estado Novo. Ver: Vianna (1991).

Tal unidade de pensamento não impediu o autor de se dedicar ao estudo de variados temas, de estabelecer pontes entre diferentes disciplinas e de absorver seletivamente as contribuições de numerosos autores nacionais e estrangeiros. O que resulta é uma obra complexa que impõe aos seus críticos o esclarecimento prévio acerca de qual dimensão desta obra estará sob as lentes da análise.

Como já foi observado, nosso objetivo neste trabalho consiste em examinar os contornos da Sociologia Política do autor. Mas tal objetivo poderia ser cumprido a partir de múltiplos enfoques. Poder-se-ia cumpri-lo pela via da história das idéias, pela via da Psicologia, pela via da Sociologia do Conhecimento, ou pela via da Sociologia Política. É certo que um enfoque interdisciplinar seria o desejável para a análise das múltiplas dimensões e implicações de suas idéias políticas, mas este seria um esforço além das nossas intenções e possibilidades. O que nos move neste momento é o destaque à dimensão e as implicações sociopolíticas de suas idéias. Assim, com recursos da Sociologia Política contemporânea pretende-se analisar um momento da trajetória da Sociologia Política no Brasil, consubstanciada na obra de Oliveira Vianna.

E que recurso a Sociologia Política atual pode nos fornecer para o estudo da Sociologia Política de nosso autor? Numa palavra: o conceito de ideologia. Certamente, uma determinada concepção de ideologia, revista e reformulada segundo o enfoque interessado em destacar a dimensão societal dos fenômenos políticos. Tradicionalmente, o conceito de ideologia tem sido associado a uma problemática de caráter epistemológico, em que se dá destaque para questões como as oposições entre ciência e ideologia, entre a verdade e a falsidade das idéias, utilizando-se categorias como as de inversão, obscurecimento e falsificação para a definição dos fenômenos ideológicos.

Entendo ideologia, seguindo as sugestões do sociólogo inglês John Thompson (1984 e 1995), como sistemas de “formas simbólicas” que atuam na legitimação de determinadas estruturas de dominação. Ideologia não é necessariamente mistificação, encobrimento ou inversão da realidade. A especificidade dos fenômenos ideológicos não deve ser determinada em oposição à verdade,

mas em função de suas relações com o poder. Conforme Thompson: “A análise da ideologia está primeiramente interessada nas maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder” (1995, p. 76).

A ideologia não é uma mera ilusão desconectada da vida material, pois se trata da manifestação simbólica do fenômeno da dominação, o qual só existe materializado em práticas e instituições. Assim definido, o conceito de ideologia inscreve-se numa problemática que é muito mais de natureza sociológica do que epistemológica, pois, segundo esclarece Zizek, “uma ideologia não é necessariamente ‘falsa’: quanto ao seu conteúdo positivo, ela pode ser ‘verdadeira’, muito precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas o modo como este conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação. Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo – ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) – é funcional com respeito a alguma relação de dominação” (Zizek, 1996, p. 13).

Assim, ao nos referirmos à dimensão ideológica das idéias de Oliveira Vianna, não pretendemos evidentemente sugerir que suas concepções careçam de capacidade para revelar a realidade e a natureza de problemas concretos da sociedade e do Estado no Brasil. O destaque à dimensão ideológica de seu pensamento em nada diminui a relevância de suas contribuições de sociólogo e historiador. Ao contrário, a análise da dimensão ideológica de seu pensamento pode ser de extrema valia para compreendermos as opções de objeto e método de sua Sociologia Política.

A dimensão ideológica das idéias de Oliveira Vianna explicita-se de modo enfático em suas reflexões sobre o Estado; mais especificamente, em suas concepções sobre a forma de Estado “adequada” à realidade brasileira. A riqueza e a densidade de seus ensaios sobre o diagnóstico das deficiências de nossas instituições políticas não são mais notáveis do que sua insistência na proposição de rumos para um processo de reforma institucional destinado

a corrigir tais deficiências. Oliveira Vianna pertence a uma geração de pensadores profundamente envolvidos na ação política.<sup>10</sup>

É com este espírito pragmático que, em *Instituições Políticas Brasileiras*, o autor assinala “a íntima conexão entre as ciências do Estado e as ciências da sociedade e indispensabilidade destas para a solução dos problemas daquelas” (1974, vol. 2, p. 49); para, logo em seguida, referindo-se à influência que recebera das idéias de Alberto Torres, afirmar que, tal como o mestre, “não queria o estudo da Sociologia no sentido da ciência pura, de investigação desinteressada das leis da vida social – da investigação pela investigação; mas, sim, como uma base de orientação pragmática, como um processo de coleta de dados concretos, sobre os quais se deveria apoiar a solução objetiva e realística dos nossos problemas nacionais” (1974, vol. 2, p. 70).

As propostas de reformas institucionais, amiúde apresentadas em seus escritos, são consideradas pelo próprio autor como derivação de uma análise sociológica “objetiva” e rigorosamente imparcial da sociedade brasileira. Esta sua profunda crença “anti-weberiana”<sup>11</sup> em uma ciência social capaz de assegurar êxito nas opções entre alternativas práticas pode ser interpretada como uma herança direta da epistemologia naturalista e positivista, emergente no Brasil desde as últimas décadas do século XIX. Ao mesmo tempo em que desdenhava a pretensão sociológica dos primeiros positivistas brasileiros, reunidos em seus “clubes” para cultivar as palavras do “mestre” (Comte) e divulgar a “religião da humanidade”<sup>12</sup>, Oliveira Vianna enaltecia a contribuição de três

<sup>10</sup> Ver sobre este ponto: Pécault (1990), Oliveira (1979) e Lamounier (1985).

<sup>11</sup> É bem conhecida a posição de Weber sobre aquilo que considerava o “absurdo” da tentativa de justificação científica de determinadas posições práticas. Conforme afirma enfaticamente em um de seus mais conhecidos ensaios metodológicos, “jamais pode ser tarefa de uma ciência empírica proporcionar normas ou ideais obrigatórios, dos quais se possa derivar ‘receitas’ para a prática” (Weber, 1992, p. 109).

<sup>12</sup> Conforme notou seu biógrafo e discípulo Vasconcelos Torres, comparando a Sociologia de Oliveira Vianna com a dos positivistas ortodoxos, “o positivismo usara demasiadamente o vocábulo e se desmandara na idolatria a Augusto Comte, não raro resvalando para o terreno das interpretações individuais, fora da sistemática preconizada pelo pensador francês. A Sociologia de Oliveira Viana, entretanto, tinha a agulha dirigida para a objetividade, enquanto a outra oscilava no emaranhado das especulações metafísicas da religião da humanidade (...) Até fizeram



grandes autores de fins do século XIX e início do século XX, os quais surgem e ressurgem em seus escritos como seus principais precursores no campo de uma Sociologia digna deste nome. É em Silvio Romero, Euclides da Cunha e Alberto Torres que nosso autor vê nascer os estudos sociológicos no Brasil. Tais pensadores teriam sido os pioneiros de uma preocupação voltada para as peculiaridades de nossa formação social e política, mergulhando com apurado senso de “objetividade” no seio do “país real”. Contudo, Oliveira Vianna observa que seus precursores ainda não tinham presentes todos os recursos da Sociologia científica, por isso suas descobertas devem ser creditadas mais à sua poderosa “intuição” do que ao manejo das modernas técnicas de pesquisa próprias desta nova disciplina.

Segundo crê Oliveira Vianna, a inauguração de uma metodologia autenticamente sociológica no Brasil só ocorreria no início da década de vinte com a publicação de seu livro de estréia, *Populações Meridionais do Brasil*. A calorosa recepção do livro pela crítica da época deu a Oliveira Vianna a convicção de que era de fato um pioneiro, de que estava iniciando algo novo na literatura sobre nossa vida social e política. Intelectuais como Monteiro Lobato, Agripino Grieco, José Ingenieros, Humberto de Campos, Carneiro Leão, Ronald de Carvalho e Fernando de Azevedo saudaram o livro como um marco definitivo na Sociologia brasileira. Tristão de Athayde, por exemplo, afirmou que o livro “é obra de ciência, de observação, de método que raramente vem a lume na nossa produção sociológica” (apud Torres, 1956, p. 70).<sup>13</sup>

Um breve exame do cotejo efetuado por Oliveira Vianna entre sua perspectiva e a de seu mestre e precursor Alberto Torres pode auxiliar na compreensão do que o próprio autor concebia

---

política os apóstolos (...) De Sociologia, principalmente de Sociologia brasileira não cuidaram em absoluto (...) Eles omitiram-se na aplicação dos recursos científicos da Sociologia” (Torres, 1956, p. 77).

<sup>13</sup> Mais de duas décadas depois da publicação da primeira edição de *Populações Meridionais do Brasil*, o influente jornalista Assis Chateaubriand sentenciava: “Quando Oliveira Vianna se pôs a escrever, os estudos sociológicos no Brasil eram a selva. Hoje, graças em parte ao seu método rigorosamente científico, já temos uma Sociologia brasileira (...) Ele é a obra-prima da nossa cultura sociológica” (O Jornal, 12/02/1942).

Sociologia partia de uma noção de objetividade que, nos dias de hoje, podemos qualificar como excessivamente ingênua e há muito ultrapassada. Costumava escrever que “as leis sociológicas são leis naturais que não podem ser violadas impunemente” (1974, vol. 2, cap. V); e que “os grupos humanos são criações naturais, tão naturais como um animal ou uma planta, com estrutura ou dinamismo próprio” (1939, p. XIII).

A objetividade científica que Oliveira Vianna considerava ter inaugurado na Sociologia brasileira, especialmente no estudo de nossa realidade política – na Sociologia Política, portanto –, era concebida como o exato oposto da atitude que o autor atribuía aos reformadores liberais, apresentados como cultores de uma mentalidade jurídicista que desprezava o “fato” em “benefício” da “norma”, esta invariavelmente em desacordo com a realidade sociopolítica do país. Rui Barbosa era considerado o ícone deste liberalismo mimético, espírito encantado com a beleza das instituições anglo-saxônicas, mas fragilizado pelo desconhecimento do “país real” (1974, vol. 2, cap. 2).

É precisamente contra o pensamento liberal de sua época que Oliveira Vianna iria erguer sua monumental obra de Sociologia Política. Não é exagerado afirmar que o objetivo central da Sociologia Política de Oliveira Vianna consiste na demonstração da inviabilidade do modelo institucional da democracia liberal no Brasil e na consequente proposição de um modelo alternativo de organização política materializado nas instituições do Estado autoritário.

Em seu *tour de force* com o liberalismo político, acentuava que este regime só se adequava à Inglaterra e aos Estados Unidos devido à existência, nesses países, de condições muito particulares. A mais importante destas condições seria “o sentimento do Estado nacional, isto é, a consciência em cada cidadão do povo-massa, de um destino ou uma finalidade *nacional* ao mecanismo do governo e da administração *centrais*”. É principalmente esta condição que faz com que “quando praticados pelos anglo-saxões (...) este regime revele-se admirável. Quando, porém, organizado e executado por outros povos, que os imitam, mas que são carentes destes atributos de consciência política (tais como gregos,

eslavos, balcânicos e celtas), já este regime entra a revelar as suas falhas e perigos” (1974, vol.1, p. 162).

No caso brasileiro, a tentativa de cópia das instituições democrático-liberais britânicas seria ainda mais perigosa e fadada ao fracasso. É que ao Brasil, além de faltar a “consciência nacional”, faltaria principalmente a substância básica de qualquer regime democrático: o solidarismo nos processos de tomada de decisões públicas. Na Europa, esta substância teria sido criada, desde a antigüidade, por meio da forma mais primitiva de democracia: as “comunidades de aldeia”. O autor sustentava que “hoje ainda, por toda a Europa, inúmeras comunidades deste tipo – *comunas, frazzioni, pueblos, mir, zadrugas, townships* – conservam estas tradições comiciais e eletivas, com todos os seus membros animados de um espírito público e de um sentimento de comunidade local num grau de intensidade que entre nós, brasileiros, de fraco sentimento coletivo, não podemos compreender de modo algum” (1974, vol. 1, p. 96).

Devido a esta ausência de “escolas práticas de democracia” entre os brasileiros, Oliveira Vianna conclui que, no Brasil, a instituição do Estado-Nação “no puro estilo inglês ou americano, isto é, assentados sobre massas populares e democráticas – da soberania do povo-*massa* e não do povo-*elite* – era mais que um erro: era uma impossibilidade prática, um artificialismo legislativo, uma utopia irrealizável” (1974, vol. 1, cap. XIV).

Condenando o “idealismo utópico” dos pensadores, publicistas, políticos e jurisconsultos do velho liberalismo, afirmava a necessidade de uma política calcada em outra modalidade de idealismo, um “idealismo orgânico”, nascido “da própria evolução orgânica da sociedade”, que não é outra coisa senão “a visão antecipada de uma realidade futura” (Vianna, 1939, p. 11-12).<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Os conceitos de idealismo utópico e idealismo orgânico são centrais na Sociologia Política de Oliveira Vianna. A noção de idealismo orgânico é uma adaptação do conceito de “idealismo fundado na experiência” do pensador argentino José Ingenieros, a quem Oliveira Vianna dispensava grande admiração. Por idealismo utópico Oliveira Vianna definia “todo e qualquer sistema doutrinário, todo e qualquer conjunto de aspirações políticas em íntimo desacordo com as condições reais e orgânicas da sociedade que pretende reger e dirigir” (1939, p. 10).

Não é difícil perceber que uma atitude calcada no idealismo orgânico necessitaria ter em conta (em alta conta) a contribuição da Sociologia no estudo das instituições políticas. As idéias políticas de Oliveira Vianna são desenvolvidas em uma espécie de entrelaçamento entre três ordens analiticamente distintas de enunciados sobre a realidade política: a explicativa, a preditiva e a prescritiva. A Sociologia, com sua “objetividade” na explicação do fato político, contribuiria também para antecipar tendências evolutivas da sociedade, a partir das quais – e somente a partir delas – seria possível prescrever as reformas e as ações condizentes com a estrutura e a dinâmica social.

Conforme observamos anteriormente, a empresa sociológica de Oliveira Vianna realizava-se sob o primado da ação. Assim, a construção do conhecimento sociológico só conquista pleno sentido se tal conhecimento puder ser traduzido em normas de ação. É justamente nessa transição do fato à norma que sobressai a dimensão ideológica de sua Sociologia Política. Se ideologias são as formas simbólicas que conferem sentido e legitimidade a determinada estrutura de dominação, justificando, naturalizando ou racionalizando as práticas que a reproduzem, então a Sociologia Política de Oliveira Vianna pode ser considerada um momento fundamental do que qualificamos alhures como a “ideologia do Estado autoritário no Brasil” (Silva, 1998).

A análise crítica em torno da tentativa de implantação da democracia liberal no Brasil, contribuição efetiva da Sociologia Política de Oliveira Vianna, já contém em si os princípios de um modelo constitucional alternativo, considerado pelo autor como o mais adequado à realidade social brasileira. Para além do discurso negativo em relação às implicações do modelo democrático liberal, produz-se um discurso positivo que visa ao estabelecimento da legitimidade da estrutura de dominação do Estado autoritário. Tal como idealizada por Vianna, esta *forma de Estado* tem como um de seus principais fundamentos o sistema corporativo de organização e representação de interesses. “O funcionamento dos Conselhos Técnicos pressupõe a organização das classes, pois estes conselhos devem operar em íntima colaboração com as associações de classe” (Diniz & Lima, 1971, p. 108). A

representação corporativa das classes organizadas na esfera da produção é tida como o substitutivo ideal à representação política cristalizada nos partidos e parlamentos.

No sistema corporativo, as classes relevantes para a geração da riqueza poderiam organizar-se em cooperação com o Estado e comunicar amigavelmente aos governantes seus anseios e reivindicações. Estes últimos, equipados com os métodos e técnicas da ciência social moderna (sobretudo a Sociologia), poderiam analisar objetivamente tais pleitos para a formulação de políticas públicas realistas e compatíveis entre si. Ademais, tais políticas seriam adequadas à segurança e proteção das diferentes classes de acordo com suas diferentes posições na estrutura social. No sistema corporativo, segurança e proteção é o que as classes receberiam em troca de sua dócil cooperação com o Estado autoritário. A supressão da luta de classes e a promoção da cooperação de classes no capitalismo é a meta corporativa do Estado autoritário.

A representação corporativa de interesses deveria realizar-se diretamente no seio do poder Executivo. É no interior dos “conselhos técnicos” que os representantes das diferentes corporações poderiam comunicar aos técnicos do governo suas reivindicações, nutrindo as iniciativas governamentais de informações especializadas capazes de lhes fornecerem maior eficácia. A atuação dos conselhos seria sobretudo relevante para a definição da política econômica. Por isso, Oliveira Vianna refere-se entusiasticamente ao exemplo do Conselho Superior da Economia Nacional da Itália, criado em 1923, funcionando junto ao Ministério da Economia Nacional e compondose de 45 membros, todos técnicos, pertencentes a várias especialidades. “Todas as deliberações do Conselho são comunicadas ao Ministério da Economia ou às autoridades competentes para sua devida execução”. A legitimidade deste Conselho seria evidente pelo fato de que os “italianos da Terceira Itália dispensam (...) na sua legislação econômica e social, a homologação do Parlamento. Os projetos de lei saem diretamente deste Conselho técnico para os órgãos executivos do

governo, sem passarem, nem mesmo em visita de cortesia, pela grande assembléia tradicional”(1974, p.125).<sup>15</sup>

Os conselhos técnicos deveriam constituir-se como espaços-chave no processo decisório da política de poder Executivo central forte, com poderes de intervenção, veto e julgamento sobre todos os poderes da República. Pode-se também concluir que estes novos espaços são os espaços da futura tecnocracia, uma elite de “notáveis nos vários domínios do conhecimento”, conforme queria Oliveira Vianna. Situados no ápice do poder estatal, estes novos e crescentemente poderosos atores encontravam-se em posição privilegiada para conceber e realizar, sob a luz da “ciência social”, as inadiáveis reformas institucionais, sem as quais seríamos um povo sem senso de nacionalidade e sem direção política, caminhando cegamente para o caos.

Podemos concluir caracterizando a ideologia autoritária – subjacente à Sociologia Política de Oliveira Vianna – como uma estrutura argumentativa organizada em torno de três dimensões principais, as quais representam tendências vitoriosas no conflito ideológico dos anos 30: o “estatismo”, o “objetivismo tecnocrático”<sup>16</sup> e o “desmobilizacionismo”.

A dimensão estatista da ideologia autoritária revela-se na imagem do Estado como princípio tutelar da sociedade. Em face de uma sociedade na qual predominariam a “irracionalidade”, o “individualismo”, o “egoísmo”, o “facciosismo” e o “apoliticismo da plebe” – ingredientes que se conjugariam numa crise catastrófica – surge o Estado como o único sujeito histórico capaz de moldar a sociedade, organizar a nação e disciplinar o povo.

<sup>15</sup> Oliveira Vianna lamenta a pouca importância dada aos Conselhos Técnicos no Brasil (1974a, p. 127). Com o fim de suprir esta debilidade de nossa organização política o autor propõe, em seu projeto de revisão da Constituição de 1891, a criação de um “Conselho Nacional como instituição de controle e coordenação dos outros poderes e dos interesses gerais, dotado de funções deliberativas, consultivas e judiciárias”(idem, p. 183). Este organismo deveria ser “composto de 15 a 21 membros, escolhidos entre as personalidades mais eminentes do país, que se hajam feito notáveis nos vários domínios do conhecimento, especialmente nas ciências morais e políticas” (idem).

<sup>16</sup> A expressão é tomada de empréstimo de Lamounier (1985).

O “objetivismo tecnocrático” revela-se no esforço de legitimação da hipertrofia do Executivo estatal com o apelo ao arsenal retórico da Sociologia. O Estado autoritário é apresentado antes enquanto uma “necessidade” revelada pela ciência do que como uma escolha de atores sociopolíticos. A aplicação de saber sociológico à atividade de elaboração e gestão das políticas estatais permitiria, segundo o argumento tecnocrático, uma “objetividade” e eficácia maior a essas políticas do que qualquer método de deliberação pública ou política. Sendo as leis reveladas pela Sociologia verdadeiras “leis naturais”, cumpriria, portanto, aos governantes, o dever de conhecerem o curso dessas leis para, a partir delas, derivarem as políticas estatais “corretas”.

Quanto ao “desmobilizacionismo”, deve-se notar que, diferentemente de outras modalidades de autoritarismos presentes ao longo deste século no Brasil (por exemplo, nos anos 20 e 30, o catolicismo e o integralismo e, nos anos 50 e 60, o nacionalismo e o populismo), o sistema ideológico sob exame não alimenta qualquer projeto visando à organização e mobilização das massas. Falsa-se, isto sim, em “educá-las”, mas uma educação para a obediência e para a passividade. Conforme observou Michel Debrun, “o sonho do autoritarismo desmobilizador é a passividade dos cidadãos, e a possibilidade, correlativa, de obrar para o bem deles” (Debrun, 1983, p. 135). A mobilização dos mais variados atores da sociedade civil, mormente das classes populares, é apresentada como sinônimo de crise, desordem e caos. A restauração da ordem abalada requeria, antes de tudo, a desmobilização desses supostos portadores da irracionalidade, contando-se, para tal, com os instrumentos coercitivos do Estado autoritário.

## Referências bibliográficas

- Aron, R. *As Etapas do Pensamento Sociológico*, 4 ed., São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- Bastos, E. e Moraes, J. Q. de (orgs.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*, Campinas, Ed. da Unicamp, 1993.
- Bresciani, M. S. “A Concepção de Estado em Oliveira Vianna”. *Revista de História*, São Paulo, n. 94, 1973.

- Bottomore, T. *Política e Società*, Il Mulino, Bologna, 1980.
- Cândido, A. "O significado de Raízes do Brasil", in: Holanda, S. B. *Raízes do Brasil*, 26 ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. "A Revolução de 30 e a Cultura", In: *Novos Estudos Cebrap*, vol. 2, n. 4, 1984.
- Cardoso, F. H. "Livros que inventaram o Brasil", in: *Novos Estudos Cebrap*, n. 37, novembro/1993.
- Couto e Silva, G. *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.
- Debrun, M. *A Conciliação e Outras Estratégias*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- Diniz, E & Lima, M. R. "O Modelo Político de Oliveira Vianna", in: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 30, janeiro/1971.
- Duverger, M. *Sociologia Política*, 3 ed., Barcelona, Ariel, 1972.
- Ferreira, G. N. *Centralização e Descentralização no Império – o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*, São Paulo, Ed. 34, 1999.
- Giddens, A. "A Sociologia Política de Durkheim", in: *Política, Sociologia e Teoria Social*, São Paulo, Ed. Unesp, 1998.
- Lamounier, B. "Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: uma Interpretação", in: Fausto, B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*, vol. 9, 3 ed., Rio de Janeiro, Difel, 1985.
- Medeiros, J. *Ideologia Autoritária Brasileira – 1930 – 1945*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1978.
- Melo, E. C. "apresentação", in: Nabuco, J. *O Abolicionismo*, São Paulo, Publifolha, 2000.
- Moraes, J. Q. "Ideólogos Autoritários e Teorias sobre o Autoritarismo: uma Síntese Crítica", in: *Filosofia Política 3*, Porto Alegre, LP&M, 1986.
- Offe, C. *Capitalismo Desorganizado*, 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1995.
- Oliveira, L. "Elite Intelectual e Debate Político nos Anos" 30, in: *Dados*, n. 22, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1979.
- Paim, A. "Oliveira Vianna e o Pensamento Autoritário no Brasil", in: Oliveira Vianna, *Instituições Políticas Brasileiras*, vol. 2, Belo Horizonte, Itatiaia, 1987.



- Pécault, D. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*, São Paulo, Ática, 1990.
- Santos, Boaventura de Souza. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- Santos, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*, 6 ed., Porto, Afrontamento, 1985.
- Santos, W G. dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*, São Paulo, Duas Cidades, 1978.
- Schwartzberg, R-G. *Sociologia Política*, São Paulo, Difel, 1979.
- Silva, R. *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp, 1998.
- Torres, V. Oliveira Viana. *Sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de Sociologia*, Rio de Janeiro/São Paulo, Freitas Bastos, 1956.
- Thompson, J. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Studies in the Theory of Ideology*. Cambridge : Polity Press, 1984.
- Vianna, O. (1991). *Ensaaios Inéditos*, Campinas, Ed. Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (1974). *Instituições Políticas Brasileiras*, 3 ed., 2 vols., Belo Horizonte, Itatiaia.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de Política Objetiva*, 3 ed., Rio de Janeiro, Record Cultural, 1974a.
- \_\_\_\_\_. *O Idealismo da Constituição*, 2 ed., Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1939.
- Vieira, E. *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*, 2 ed., São Paulo, Cortez, 1981.
- Reis, E. P. "Os velhos e os novos desafios da Sociologia Política", in: Tavares, J. V. e Gugliano, A.A. (orgs.). *A Sociologia para o século XXI*, Educat, Pelotas, 1999.
- Walerstein, I. et alli. *Para Abrir as Ciências Sociais: Relatório da Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais*, São Paulo, Cortez, 1996.
- Weber, M. *Metodologia das Ciências Sociais*, vol. 1, Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.
- Zizek, S. "O Espectro da Ideologia", in: Zizek, S. (org.). *Um Mapa da Ideologia*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.